

Florianópolis pode ter Pólo de Eletrônica

LUIZA TARANTO
Da Sucursal

Florianópolis — Algumas decisões políticas de curto prazo, como a criação de um órgão centralizador de todas as atividades de fomento a nível industrial, a reserva imediata de local para instalação do distrito industrial e a redução ou isenção temporária do ICM sobre produto fabricado no Estado quando adquirido por empresas catarinenses, podem dar à Santa Catarina as melhores condições para implantação do chamado "Pólo de Eletrônica".

A conclusão é de um estudo recém-concluído pelo Geicom (Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Material) do Ministério das Comunicações, remetido para a Acate (Associação Catarinense de Telemática e Eletrônica), entidade que gere o condomínio industrial de informática de Florianópolis. O principal objetivo do trabalho foi levantar as condições para implantação de um pólo eletrônico no Estado.

Entre as decisões de curto prazo, o Geicom sugere a criação de um órgão centralizador de todas as atividades de fomento industrial, que desempenharia as atividades da Codisc (Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina), a quem caberia a política de implantação de distritos industriais, análise de projetos e liberação de incentivos e financiamentos para empresas do setor. O documento está sendo encaminhado ao governo do Estado para avaliação.

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do setor industrial eletrônico existente em Santa Catarina, abrangendo os diversos ramos de indústrias afins e básicas de suporte ao futuro pólo, revela que em 1985 operavam no Estado mais de 40 mil empresas, das quais uma centena no ramo de material eletrônico, e de comunicações, que apresentaram um faturamento superior a Cz\$ 4,2 bilhões, ou 5 por cento da receita total do Estado naquele ano. Tais empresas eram responsáveis por 19 mil empregos diretos. O levantamento indicou que apenas uma empresa tinha mais de 500 empregados e também só uma tinha participação de capital estrangeiro.

Ao revelar os resultados do diagnóstico, o presidente da Acate, José Fernando Faraco, disse que as potencialidades do Estado são muito grandes no segmento produtor de equipamentos de controle para automação de processos nas áreas de indústria, geração e distribuição de energia e telecomunicações. O documento do Ministério das Comunicações diz que o pólo eletrônico deve ser constituído não só de indústrias montadoras de equipamentos eletrônicos e fabricantes de partes, peças de componentes, mas também das chamadas indústrias de apoio, como mecânica, plásticos, tratamento de superfície e ferramentaria. Outro tipo de empresa de grande importância para o desenvolvimento de um pólo eletrônico são as de sistemas (de telecomunicações, processamentos de dados, som, vídeo, supervisão e controle) capazes de agrupar em torno de si várias montadoras dos equipamentos.